



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 27, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

Aprova o Plano Anual de Trabalho 2016.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto de 15/04/2016, publicado no Diário Oficial da União - Seção 2 de 18/04/2016 e atendendo as determinações da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008,
Considerando a decisão do Conselho Superior, reunido em 27 de junho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano Anual de Trabalho 2016, conforme Anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER



**INSTITUTO
FEDERAL**
Santa Catarina

PLANO ANUAL DE TRABALHO 2016

Junho/2016



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

PLANO ANUAL DE TRABALHO 2016

Florianópolis – Junho 2016

CONSELHO SUPERIOR

PRESIDENTE:

Maria Clara Kaschny Schneider
Silvana Rosa Lisboa de Sá - Substituta Legal

CONSELHEIROS

Ministério da Educação

Francisco José Montório Sobral	Titular
Oiti José de Paula	Suplente

Secretaria de Estado da Educação

Edna Corrêa Batistotti	Titular
Ramiro Marinho Costa	Suplente

Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de SC

Sérgio Luiz Gargioni	Titular
Alba Terezinha Schlichting	Suplente

Federação das Indústrias do Estado de SC

Antônio José Carradore	Titular
Maurício Capra Pauletti	Suplente

Federação de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado de Santa Catarina

Tarcísio Schmitt	Titular
Estanislau Emílio Bresolin	Suplente

Central Sindical Popular

Marcos Dorval Schmitz	Titular
Marival Coan	Suplente

Central Única dos Trabalhadores

Carlos Alberto Lopes Figueiredo	Titular
Ilone Moriggi	Suplente

Docentes

Luís Carlos Martinhago Schlichting	Titular
Adriano Antunes Rodrigues	Titular
Cleverson Tabajara Vianna	Titular
Volnei Velleda Rodrigues	Titular
Carmem Cristina Beck	Titular
Hélio Ormeu Ribeiro	Suplente
Anjeeri Luiz Sadzinski	Suplente
Antônio Galdino da Costa	Suplente
Mathias Alberto Schramm	Suplente
Felipe Schneider Costa	Suplente

Técnicos Administrativos em Educação

Karla Viviane Garcia Moraes	Titular
Cândido Rodrigo Gomes da Silva	Titular
Dulce Clea Bradacz	Titular
André Dala Possa	Titular
Lucas Fernandes da Silva	Titular
Cristiane Laurentino Silva	Suplente
Douglas Deni Alves	Suplente
Jaciara Medeiros	Suplente
Andreia Willrich	Suplente
Fúlvio Marcelo Popiolski	Suplente

Colégio de Dirigentes

Marlon Vito Fontanive	Titular
Telma Pires Pacheco de Amorim	Titular
Diego Albino Martins	Titular
Cedenir Buzanelo Spillere	Titular
Albertinho Della Giustina	Titular
Juarez Pontes	Suplente
Rita de Cássia Flor	Suplente
Carlos Alberto Souza	Suplente
Olivier Allain	Suplente
Raquel Matys Cardenuto	Suplente

Discentes

Murielk Sebriam Valvassore	Titular
Lidiane Dias Andrade	Titular
Sarah Orthmann Tavernard De Alencar	Titular
Allon Soares da Silva	Titular
Luiz Fabiano Padilha Fernandes	Titular
Antônio Marcos Malachovski	Suplente
Guerrando Palei Júnior	Suplente

Egressos

Rodrigo Rihl de Azambuja	Titular
Cesar Norberto Rihl de Azambuja	Titular
Patrick Pirolo	Suplente

REITORIA DO IFSC

Reitora

Maria Clara Kaschny Schneider

Diretora Executiva

Silvana Rosa Lisboa de Sá

Pró-Reitora de Administração

Aline Heinz Belo

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Andrei Zwetsch Cavalheiro

Pró-Reitora de Ensino

Luiz Otávio Cabral

Pró-Reitor de Extensão e Relações Externas

Maria Cláudia de Almeida Castro

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Clodoaldo Machado

DIRETORES-GERAIS DOS CÂMPUS

Diretor-Geral do Câmpus Araranguá

Mirtes Lia Pereira Barbosa

Diretor-Geral do Câmpus Caçador

Eduardo Nascimento Pires

Diretora-Geral do Câmpus Canoinhas

Maria Bertília Oss Giacomelli

Diretor-Geral do Câmpus Chapecó

Ilca Maria Ferrari Ghiggi

Diretora-Geral do Câmpus Criciúma

Lucas Domingui

Diretor-Geral do Câmpus Florianópolis

Andréa Martins Andujar

Diretora-Geral do Câmpus Florianópolis - Continente

Caio Alexandre Martini Monti

Diretora-Geral do Câmpus Garopaba

Sabrina Moro Villela Pacheco

Diretor-Geral do Câmpus Gaspar

Ana Paula Kuczmynda da Silveira

Diretor-Geral do Câmpus Itajaí

Carlos Alberto Souza

Diretor-Geral do Câmpus Jaraguá do Sul

Jaison Vieira da Maia

Diretor-Geral do Câmpus Jaraguá do Sul - Geraldo Werninghaus

Eduardo Evangelista

Diretor-Geral do Câmpus Joinville

Valter Vander de Oliveira

Diretora-Geral do Câmpus Lages

Thiago Meneghel Rodrigues

Diretor-Geral do Câmpus Palhoça-Bilíngue

Carmem Cristina Beck

Diretor-Geral do Câmpus São José

Saul Silva Caetano

Diretor-Geral do Câmpus São Miguel do Oeste

Diego Albino Martins

Diretor-Geral do Câmpus Urupema

Marcos Roberto Dobler Stroschein

Diretora-Geral do Câmpus Xanxerê

Rosângela Gonçalves Padilha Coelho da Cruz

Diretor-Geral do Câmpus São Carlos

Juarez Pontes

Diretora Geral do Câmpus Tubarão

Rita de Cássia Flor

Diretor-Geral do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste

Fábio Zanella

Diretora de Gestão do Conhecimento

Cedenir Buzanelo Spillere

Coordenadora de Planejamento

Cristiele Aparecida Petri

Elaboração e Sistematização:

Diretoria de Gestão do Conhecimento

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

SUMÁRIO

Sumário

1 APRESENTAÇÃO.....	9
2 HISTÓRICO e CONTEXTUALIZAÇÃO.....	9
3 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PAT 2016.....	13
5 RELAÇÃO ENTRE PROJETOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	21
6 IFSC REDE.....	23
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24

1 APRESENTAÇÃO

Este documento tem como objetivo apresentar um resumo do Plano Anual de Trabalho do IFSC para o exercício de 2016 (PAT 2016) e seu processo de elaboração, subsidiando o Conselho Superior da instituição quanto a uma de suas competências previstas em Estatuto¹.

Durante o período de execução do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Planejamento Estratégico (capítulo 3) deve orientar a elaboração dos Planos Anuais de Trabalho, o planejamento de caráter mais tático e operacional que, vinculado ao orçamento da instituição, resulta na proposta orçamentária do IFSC para o Projeto de Lei Orçamentária Anual da União (PLOA).

Assim, a cada exercício são concebidos os Planos Anuais de Trabalho (PAT), instrumentos operacionalizadores dos objetivos traçados no planejamento estratégico, os quais possibilitam também a organização da disponibilidade de recursos orçamentários para a manutenção dos serviços dos 23 câmpus e da Reitoria e, especialmente, para projetos de melhoria e desenvolvimento do IFSC, de acordo com o nível de prioridade proposto em cada unidade gestora responsável pelo planejamento.

A participação dos servidores no processo de elaboração do PAT reforça a gestão participativa e remete a todos os envolvidos a responsabilidade pela construção do futuro da Instituição.

O documento se estrutura em 7 seções além desta introdução. A seção 2 resgata o histórico da evolução do planejamento no IFSC, de modo a contextualizar e justificar a metodologia empregada para a construção do PAT 2016, cujas etapas são narradas na seção 3. Nas seções de 4 a 5, apresenta-se a síntese do resultado do processo de elaboração do PAT 2016, na forma de quadros orçamentários e de relacionamento entre os projetos cadastrados com o Planejamento Estratégico da instituição, destacando-se o detalhamento da programação da Unidade Gestora Responsável IFSC REDE. Encerrando o documento, a seção 7 traz as considerações finais.

2 HISTÓRICO e CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a transformação do CEFET-SC em IFSC em dezembro de 2008, e com a expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, os últimos anos vêm se caracterizando por grandes e importantes mudanças no cenário organizacional. Como citado na p. 54 do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Capítulo 2 do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (PDI):

...o IFSC precisa aprimorar mecanismos de gestão que permitam a autonomia dos câmpus e ao mesmo tempo fortaleçam o caráter sistêmico do Instituto. Como os câmpus atuam em comunidades diferenciadas, precisam praticar a autonomia, que será verdadeira quando cada câmpus puder tomar decisões e encaminhar seus trabalhos, respeitando suas peculiaridades, atendendo, portanto, às características e necessidades do contexto em que está inserido. Isso, entretanto, requer a definição de políticas institucionais claras em termos pedagógicos, administrativos e financeiros

1 Resolução 28/2009/Consup, art. 15, inciso XVI: “aprovar o planejamento anual e o Plano de Desenvolvimento Institucional”

É nesse contexto, que o planejamento assume um papel fundamental como ferramenta de gestão. Coordenado pela Diretoria de Gestão do Conhecimento da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (DGC/Prodin), o processo de elaboração do Planejamento Institucional vem sendo aperfeiçoado continuamente, de modo a contemplar as demandas institucionais e o contexto social.

Em **2009** o IFSC elaborou seu Planejamento Institucional para o biênio 2010-2011, partindo da definição de nove focos institucionais, identificados em reuniões de trabalho com as equipes diretivas da Reitoria e dos câmpus. Cada unidade organizacional (ou seja, câmpus, Gabinete e Pró-reitorias), foi incumbida de planejar, com participação efetiva da comunidade acadêmica, de 10 a 20 ações de caráter inovador, norteadas pelos focos institucionais e organizadas em torno de quatro eixos estruturantes: Ensino, Pesquisa e Extensão; Gestão Institucional; Modernização da Infraestrutura; Integração com a Comunidade e Relações Externas.

No ano de **2010**, o IFSC proporcionou uma capacitação em gestão de projetos a cerca de 140 servidores, preparando-se, assim, para o aprimoramento de metodologia de planejamento adotada no ano anterior. Os focos institucionais foram revisados, passando de 9 para 8, em um seminário realizado com as equipes diretivas de todas as unidades organizacionais, para, novamente, orientar a elaboração participativa de projetos ou ações a serem executadas no biênio 2011-2012. Um sistema de planejamento *online* foi desenvolvido para organizar o cadastramento e acompanhamento semestral das ações.

O processo de Planejamento Institucional em **2011** foi realizado de forma diferente dos anos anteriores, em função das eleições para Reitor e para Direção-Geral de alguns câmpus. Inicialmente, a agenda foi postergada para que possibilitasse a participação ativa da equipe dos gestores eleitos para a Reitoria e para os quatro câmpus que tiveram processo eleitoral. Além disso, em vez de um novo planejamento bienal, foi decidido que seria feita apenas uma revisão do que já estava planejado para **2012**, simplificando-se assim a metodologia, o que permitiu que o Planejamento Institucional se tornasse um instrumento para o processo de transição entre as gestões na Reitoria e nos câmpus. No âmbito da Reitoria foi realizada a revisão do planejamento **2012** à luz dos documentos norteadores, do diagnóstico situacional e do plano de gestão da Reitoria. Certas ações e projetos que estavam em curso tiveram continuidade, enquanto outros foram substituídos ou replanejados para se tornarem mais integrados e horizontalizados.

Para o biênio **2013-2014**, buscando contemplar as transformações de cenários e as demandas institucionais, algumas mudanças para aprimorar a metodologia de Planejamento foram inseridas. A equipe Gestora reuniu-se por diversas vezes para, à luz dos documentos norteadores da Gestão - Plano Plurianual, Orçamento e Plano de Gestão, e da análise da execução do Planejamento de 2012, elaborar 18 macroprojetos institucionais de caráter estratégico. A partir dos macroprojetos institucionais, as Unidades de Planejamento – Gabinete da Reitoria, Pró-reitorias e Câmpus, conceberam seus projetos. Com este propósito, foi realizado um seminário de planejamento para dar continuidade ao processo de planejamento institucional de forma integrada, alinhando os projetos dos Câmpus e Pró-reitorias aos macroprojetos institucionais propostos pela equipe de gestão, bem como revisar os objetivos gerais, elaborar os objetivos específicos e os resultados esperados.

Para a proposição de projetos, as unidades de planejamento (UP) consideraram os 18 macroprojetos institucionais e os seus respectivos objetivos gerais, objetivos específicos e resultados esperados. Os projetos propostos pelas UPs deveriam estar relacionados aos objetivos específicos dos macroprojetos institucionais, isto é, o objetivo geral de um projeto proposto por uma UP deveria ser, necessariamente, um dos objetivos específicos de algum dos 18 macroprojetos institucionais. Da mesma forma, as metas do projeto proposto deveriam estar relacionadas aos resultados esperados do objetivo específico do macroprojeto. Um projeto poderia se categorizar como sendo de “iniciativa autônoma”, “de iniciativa articulada” ou “de participação”, conforme o grau de relacionamento entre o seu proponente e a coordenação do macroprojeto ao qual se alinhava.

A concepção do **PAT 2015** incorporou inovações decorrentes da metodologia de construção do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, com destaque para o Planejamento Estratégico. O processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2015-2019, que se constituiu no Capítulo 3 do PDI, foi subsidiado por uma pesquisa acerca da metodologia e da sua utilização em instituições de ensino. A partir do aprofundamento no tema, a equipe da DGC/Prodin, pôde delinear como a metodologia seria adaptada à realidade e às necessidades do IFSC. Buscando envolver efetivamente a comunidade acadêmica no processo de construção do Planejamento Estratégico, foram realizados debates e eventos, dentre os quais destacam-se o Seminário do Planejamento Estratégico, a Consulta Pública e os Seminários Regionais de Comunicação da Estratégia.

A figura 1 apresenta o relacionamento entre o Planejamento Estratégico e os Planos Anuais de Trabalho.

Figura 1 – Planejamento Estratégico X Planos Anuais de Trabalho



O cronograma de elaboração do PAT 2015 iniciou com a disseminação do Planejamento Estratégico, a qual se deu por meio da realização de seis Seminários Regionais de Planejamento envolvendo as regiões Sul, Norte, Oeste, Serra e Grande Florianópolis.

Nesses seminários, além da disseminação do Planejamento Estratégico e do processo de construção do novo PDI, ocorreu a apresentação da metodologia de elaboração do PAT 2015. Participaram destes seminários gestores, articuladores de planejamento, coordenadores e membros da comunidade acadêmica. Dentre os conteúdos abordados, destacam-se: planejamento orçamentário do IFSC, contexto do planejamento na instituição, planejamento estratégico do IFSC e metodologia de elaboração do PAT 2015. Para suportar a fase inicial de elaboração do PAT 2015, foi emitida a Instrução Normativa N°04/2014. De forma geral, o PAT é constituído por **Projetos** e por Ações voltadas à **manutenção** da Unidade Gestora – UGR.

Entende-se como custos estimados para manutenção, os custos vinculados ao funcionamento, como por exemplo: contratos de terceirizados; contratos diversos (energia elétrica, água, telefonia fixa e móvel, manutenção de ar-condicionado, manutenção de elevadores, locação de imóvel, correios, e outros); material de consumo/insumos para aulas de cursos ou unidades curriculares já implantados; material de expediente; gestão da frota (seguro DPVAT, combustível, seguro e manutenção); diárias e passagens não vinculados aos projetos; auxílio-moradia, quando existir; suprimento de fundo, entre outros.

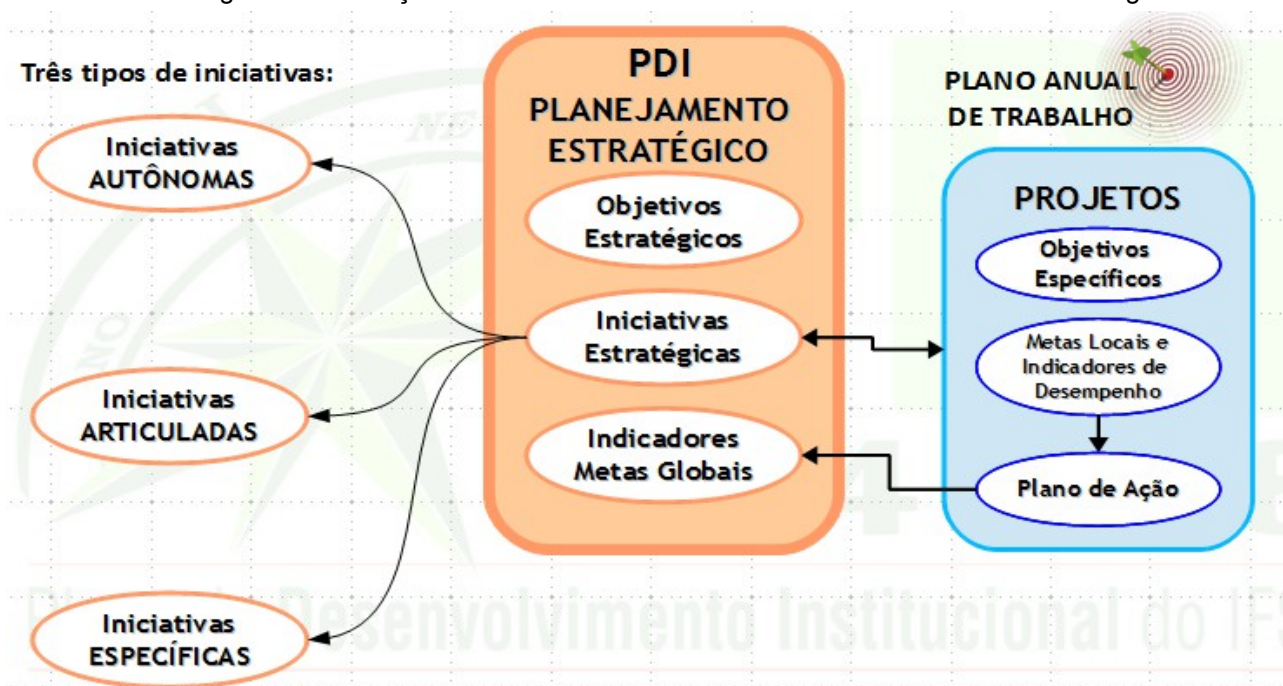
As UGRs tiveram liberdade para avaliar a quantidade de projetos propostos, considerando a relação com os objetivos e as iniciativas estratégicas, bem como a sua capacidade de execução, considerando a equipe e os recursos orçamentários envolvidos. Para elaboração e cadastro dos projetos no sistema de planejamento foi observado o alinhamento com os objetivos estratégicos e com as iniciativas estratégicas estabelecidas no Planejamento Estratégico, em conformidade com a tipologia das iniciativas, conforme descrito a seguir:

I. articuladas: projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora, mas que necessitam de articulação com Reitoria; são ações que não devem ou não podem ser realizadas de formas diferentes em cada câmpus ou que devem ser compartilhadas como boas práticas a serem seguidas por outros câmpus além do proponente.

II. autônomas: projetos elaborados, cadastrados, coordenados e executados pela própria unidade gestora.

III. específicas: projetos cadastrados e coordenados pela Reitoria, em que os câmpus participam na elaboração e/ou execução.

Figura 2 – Ilustração do relacionamento entre PAT e PDI via Iniciativas Estratégicas.



Para o exercício **2016**, foram inseridas algumas inovações decorrentes da Execução do Planejamento Estratégico e ajustes decorrentes das avaliações feitas pelos participantes das oficinas de planejamento, Chefes de Departamento de Administração, articuladores de planejamento e Diretores-gerais dos câmpus.

3 METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PAT 2016

De forma geral, a metodologia de elaboração do PAT 2016 não diferiu da adotada para o PAT 2015, embora tenha-se adotado sugestões de melhoria e ajustes na preparação dos eventos, na elaboração da documentação de referência e no sistema de planejamento.

Conforme Estatuto do IFSC, as principais diretrizes e orientações para o PAT 2016 foram estabelecidas pelo Colégio de Dirigentes, por meio da Resolução [N°08/2015](#).

O cronograma de elaboração do **PAT 2016** teve início com um ciclo de palestras sobre PDI e Planejamento Institucional, realizadas no dia 30 de abril de 2015, transmitidas pela IFSC TV diretamente do auditório da Reitoria. Além da transmissão, as palestras ficaram disponíveis *off line*, para que o maior

número possível de servidores do IFSC pudesse se apropriar do processo. Além das palestras foram realizadas oficinas regionais de planejamento. Foram nove edições em diferentes câmpus do IFSC realizadas entre os dias 4 e 20 de maio, com participação de diretores-gerais dos câmpus, diretores e chefes de departamentos de Ensino Pesquisa e Extensão, diretores e chefes de departamentos de Administração, articuladores de planejamento, representantes das CPA locais e coordenadores de setores, áreas e cursos. As oficinas tiveram momentos de discussão e de realização de atividades práticas.

As UGRs tiveram liberdade para avaliar a quantidade de projetos propostos, considerando a relação com os objetivos e as iniciativas estratégicas constantes do Capítulo 3 do PDI, bem como a sua capacidade de execução, considerando a equipe e os recursos orçamentários envolvidos.

De acordo com disposto no Capítulo 3 do PDI 2015-2019, os projetos dos câmpus devem atender às iniciativas estratégicas classificadas como articuladas e autônomas, sendo elaborados conforme a sequência de etapas dos fluxogramas mostrados nas figuras 3 e 4. Às Unidades Gestoras Responsáveis (UGR) da Reitoria, cabem os projetos para atendimento às iniciativas estratégicas específicas.

Para a elaboração inicial do PAT 2016, os câmpus e a Reitoria respeitaram o limite orçamentário geral, o qual correspondeu a 90% do orçamento identificado para o câmpus/Reitoria na dimensão geral da Matriz CONIF 2015, reservando-se 10% para a Unidade Gestora Responsável IFSC REDE.

A planilha orçamentária final da UGR, as ser considerada para composição da planilha orçamentária geral do IFSC, foi composta pelos custos estimados para manutenção da UGR e pelos custos estimados para o desenvolvimento dos projetos do PAT 2016 da UGR, alinhados ao Planejamento Estratégico do IFSC, conforme cadastro realizado no sistema de planejamento.

Assim, a partir do cadastro do PAT realizado no sistema de planejamento, Proad e Prodin, em agosto do corrente ano, sistematizaram as informações e lançaram a proposta orçamentária geral do IFSC no Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação – SIMEC, detalhando para cada Ação Orçamentária, o recurso financeiro alocado e a meta física correspondente.

No início do segundo semestre, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF, aprovou a matriz orçamentária do IFSC. A partir da disponibilização da “Matriz CONIF”, os Câmpus e Reitoria tiveram acesso aos valores orçamentários previstos para o ano de 2016 e puderam fazer pequenos ajustes já no dia em que o SIMEC foi aberto para inserção da proposta orçamentária do IFSC para o PLOA.

O processo de Revisão do PAT 2016, com orientações específicas dadas pela Instrução Normativa N°08/2015/Reitoria, iniciou-se em 1º de dezembro de 2015. Cabe salientar que devido aos períodos de greve dos servidores, processo eleitoral e transição, a revisão do PAT 2016 teve um calendário diferente do inicialmente previsto. Os câmpus tiveram até meados de março para concluir os seus Planos, de modo a que as novas equipes gestoras, eleitas em 2015, pudessem participar do processo.

No período de revisão do PAT 2016, os Câmpus deveriam observar os limites orçamentários gerais, os quais correspondem a 90% (noventa por cento) do orçamento identificado para o câmpus/reitoria na dimensão geral da Matriz CONIF 2016, reservando-se 10% (dez por cento) para a

Unidade Gestora Responsável (UGR) - IFSC REDE, bem como os valores orçamentários definidos para cada Ação Orçamentária (custeio, investimento e capacitação).

As informações cadastradas referentes aos projetos e manutenção da UGR sofreram alterações, considerando:

- A necessidade de ajuste ao novo limite orçamentário geral da UGR, estipulado pela matriz CONIF.
- A articulação com o PDTI e demais Planos Diretores.
- O nível de maturidade e a necessidade de ajuste dos projetos cadastrados no sistema de planejamento.
- A articulação com demais diretrizes institucionais estabelecidas.

Após a finalização da revisão, o PAT 2016 foi validado no sistema de planejamento pelo Diretor-Geral de cada Câmpus. A formalização final do processo de validação foi realizada por meio de envio de memorando para a DGC/Prodin, contendo a Ata de aprovação do Colegiado do Câmpus.

A revisão do PAT 2016 da Reitoria necessitou de um calendário ainda mais estendido, em função tanto da transição de seus pró-reitores e diretores (que se concluiu somente em abril de 2016) quanto, especialmente, da necessidade de se concluir o planejamento da UGR IFSC-REDE, que envolvia o Colégio de Dirigentes e uma comissão formada por dirigentes de administração de câmpus e Reitoria.

Figura 3 – Fluxograma do PAT no câmpus para projetos que atendem a Iniciativas Estratégicas Autônomas.

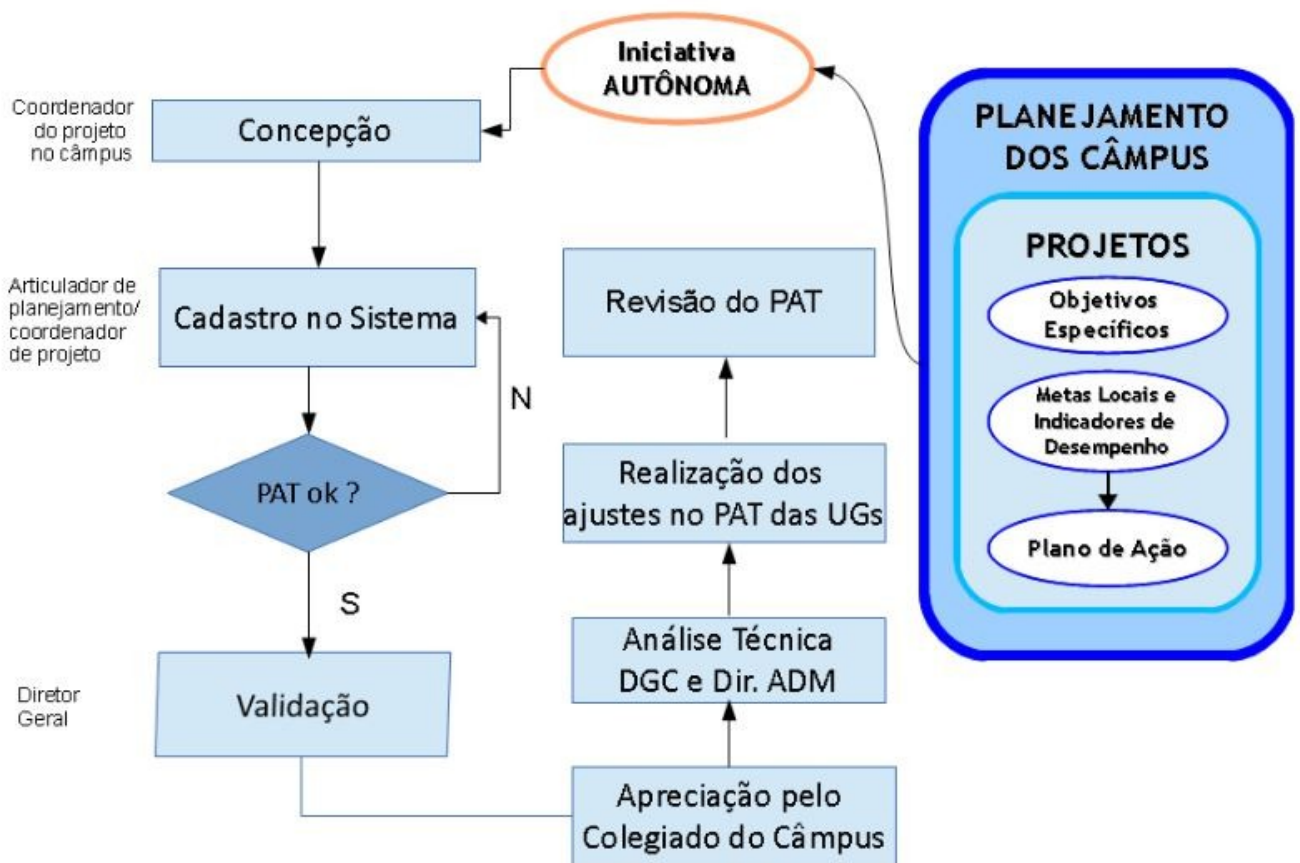
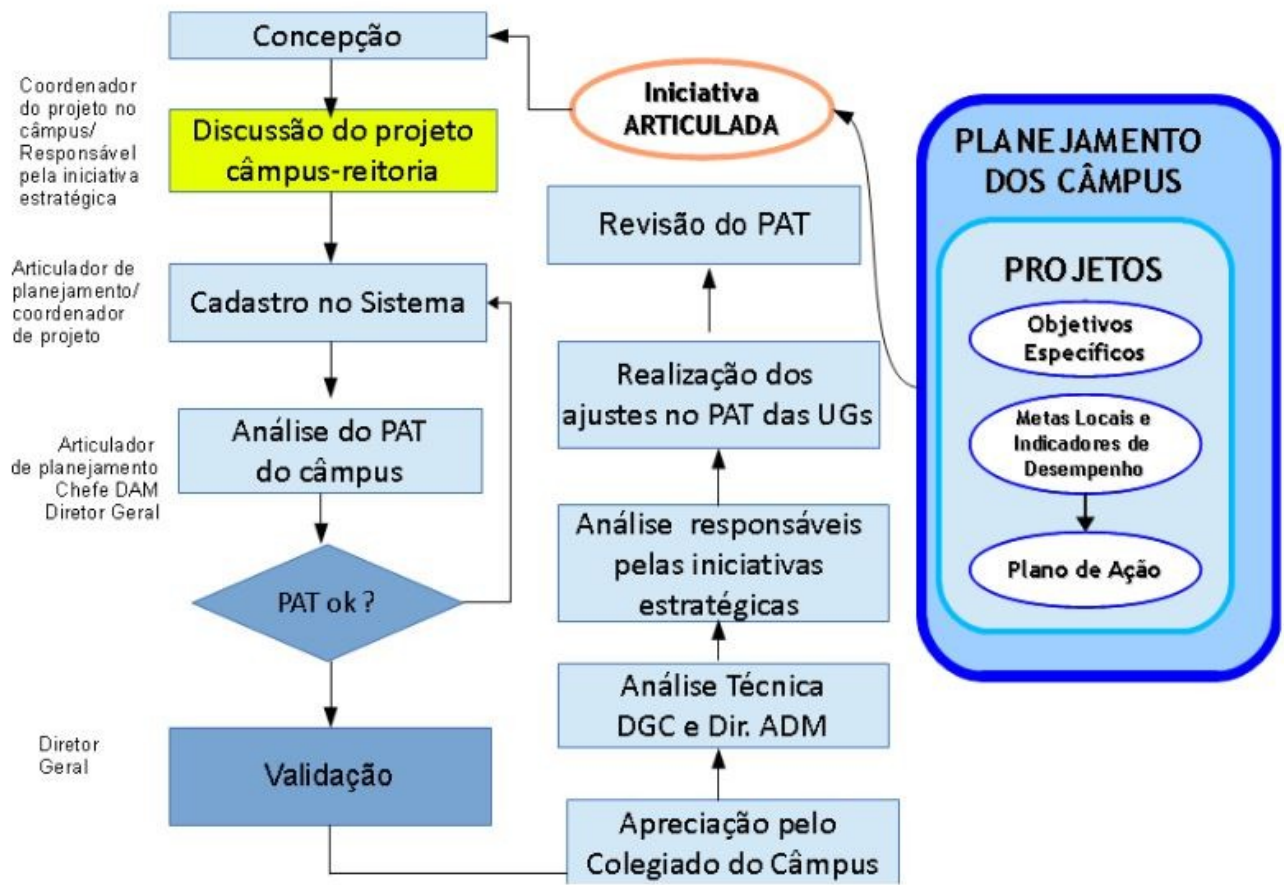


Figura 4 – Fluxograma do PAT no câmpus para projetos que atendem a Iniciativas Estratégicas Articuladas.



4 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os quadros 1 e 2 apresentam, respectivamente para Reitoria e câmpus, os limites orçamentários utilizados para o PAT 2016, com base na Matriz Conif 2016 e na proposta orçamentária do IFSC para o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2016. A planilha completa, utilizada como base para a inserção da proposta orçamentária do IFSC no módulo Programação Orçamentária do SiMEC (Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação e Cultura), está em anexo a este documento. Também estão em anexo, a parte do volume V da Lei Orçamentária Anual referente ao IFSC e os espelhos das ações orçamentárias 20RL, 20RG, 4572 e 2994.

A programação orçamentária dos câmpus é feita apenas para as ações orçamentárias referentes ao funcionamento geral da Rede Federal EPCT (20 RL) e capacitação dos servidores (4572), a partir do montante apresentado pela Matriz Conif, descontando-se 10% para formação do recurso da UGR IFSC-Rede, conforme disposto na Resolução 08/2015/Codir. Por sua vez, a programação orçamentária da Reitoria envolve seu próprio recurso na dimensão geral da Matriz Conif, os blocos complementares da Matriz Conif (EaD, Pesquisa Aplicada, Extensão Tecnológica e Inovação), não sendo necessárias as separações para o IFSC-REDE, e o recurso previsto para assistência estudantil (ação orçamentária 2994), que também está disposto na Matriz Conif como bloco complementar. A Reitoria ainda é responsável pela programação e execução da ação orçamentária 20RG e do recurso previsto na Fonte 250², que não são determinados pela Matriz Conif.

Cabe observar que do orçamento previsto para a Reitoria na Matriz Conif, R\$ 230.559,00 foram realocados para complementar as necessidades do câmpus São Carlos, conforme mostrado no quadro 2. Já os custos referentes ao Centro de Referência em Formação e EaD, bem como um complemento para necessidades de investimento e custeio do Câmpus Avançado São Lourenço do Oeste, estão incluídos no limite geral do orçamento da Reitoria.

2 Os recursos da Fonte 250, intitulada “Recursos de Outras Fontes – Exercício Corrente – Não-Financeiros Diretamente Arrecadados”, estão relacionados à previsão de arrecadação do IFSC que se dão, por exemplo, do pagamento de taxas de inscrição para Exame de Classificação, Vestibular, Concurso Público e recolhimentos de multas e ressarcimentos via GRU.

Quadro 1 – Limites Orçamentários da Reitoria no PAT 2016, com detalhamento por ação orçamentária e tipo de despesa.

REITORIA	Matriz Conif 2016	Contribuição ao IFSC REDE	Limite para o PAT 2016	20RL		4572	2994		20RG
				Custeio	Investimento	Capacitação	Custeio	Investimento	Investimento
Reitoria – Limite Geral	R\$ 5.616.195,00	R\$ 808.534,00	R\$ 4.824.017,00	R\$ 4.329.017,00	R\$ 300.000,00	R\$ 195.000,00			
Ensino à Distância	R\$ 195.119,00	não se aplica	R\$ 195.118,00	R\$ 195.118,00					
Pesquisa Aplicada, Extensão Tecnológica e Inovação	R\$ 2.274.025,00	não se aplica	R\$ 2.274.025,00	R\$ 1.674.025,00	R\$ 600.000,00				
Assistência ao estudante da EPT	R\$ 9.031.973,00	não se aplica	R\$ 9.031.973,00				R\$ 8.309.415,00	R\$ 722.558,00	
Expansão e Reestruturação da Rede Federal de EPT	não se aplica	não se aplica	R\$ 3.658.537,00						R\$ 3.658.537,00
Fonte 250	não se aplica	não se aplica	R\$ 1.430.341,00	R\$ 1.152.899,00	R\$ 277.442,00				

Quadro 2 – Limites Orçamentários dos câmpus no PAT 2016, com detalhamento por ação orçamentária e tipo de despesa.

Câmpus	Matriz Conif 2016	Contribuição IFSC REDE (10%)	Complemento Reitoria	Limite para PAT 2016	Detalhamento		
					20RL Custeio	20RL Investimento	4572 Capacitação
Araranguá	R\$ 2.456.380,00	R\$ 245.638,00	R\$ 0,00	R\$ 2.210.742,00	R\$ 1.814.040,50	R\$ 324.701,50	R\$ 72.000,00
Canoinhas	R\$ 2.224.707,78	R\$ 222.470,78	R\$ 0,00	R\$ 2.002.237,00	R\$ 1.853.137,00	R\$ 119.600,00	R\$ 29.500,00
Chapecó	R\$ 2.655.035,56	R\$ 265.503,56	R\$ 0,00	R\$ 2.389.532,00	R\$ 2.369.532,00	R\$ 0,00	R\$ 20.000,00
Caçador	R\$ 1.735.137,78	R\$ 173.513,78	R\$ 0,00	R\$ 1.561.624,00	R\$ 1.220.095,00	R\$ 326.529,00	R\$ 15.000,00
Criciúma	R\$ 2.419.446,67	R\$ 241.944,67	R\$ 0,00	R\$ 2.177.502,00	R\$ 1.664.800,00	R\$ 457.702,00	R\$ 55.000,00
Florianópolis-Continente	R\$ 2.456.380,00	R\$ 245.638,00	R\$ 0,00	R\$ 2.210.742,00	R\$ 2.075.182,00	R\$ 115.560,00	R\$ 20.000,00
Florianópolis	R\$ 12.451.275,56	R\$ 1.245.127,56	R\$ 0,00	R\$ 11.206.148,00	R\$ 8.960.484,32	R\$ 2.053.663,68	R\$ 192.000,00
Gaspar	R\$ 2.203.968,89	R\$ 220.396,89	R\$ 0,00	R\$ 1.983.572,00	R\$ 1.792.397,55	R\$ 182.174,45	R\$ 9.000,00
Garopaba	R\$ 1.705.191,11	R\$ 170.519,11	R\$ 0,00	R\$ 1.534.672,00	R\$ 1.259.794,00	R\$ 236.381,00	R\$ 38.497,00
Itajaí	R\$ 1.821.698,89	R\$ 182.169,89	R\$ 0,00	R\$ 1.639.529,00	R\$ 1.501.645,00	R\$ 82.884,00	R\$ 55.000,00
Jaraguá do Sul	R\$ 2.456.380,00	R\$ 245.638,00	R\$ 0,00	R\$ 2.210.742,00	R\$ 1.904.427,73	R\$ 253.430,69	R\$ 52.883,58
Jaraguá do Sul – GW	R\$ 2.657.267,78	R\$ 265.726,78	R\$ 0,00	R\$ 2.391.541,00	R\$ 1.677.041,94	R\$ 609.693,00	R\$ 104.806,06
Joinville	R\$ 4.049.745,56	R\$ 404.974,56	R\$ 0,00	R\$ 3.644.771,00	R\$ 2.630.324,77	R\$ 939.298,00	R\$ 75.148,23
Lages	R\$ 2.167.044,44	R\$ 216.704,44	R\$ 0,00	R\$ 1.950.340,00	R\$ 1.628.340,00	R\$ 307.000,00	R\$ 15.000,00
Palhoça-Bilíngue	R\$ 1.754.936,67	R\$ 175.493,67	R\$ 0,00	R\$ 1.579.443,00	R\$ 1.448.130,30	R\$ 99.312,70	R\$ 32.000,00
São Carlos	R\$ 823.275,00	R\$ 82.327,50	R\$ 230.559,00	R\$ 976.506,00	R\$ 966.506,00	R\$ 0,00	R\$ 5.000,00
São José	R\$ 3.497.478,89	R\$ 349.747,89	R\$ 0,00	R\$ 3.147.731,00	R\$ 2.812.288,00	R\$ 240.443,00	R\$ 95.000,00
São Lourenço do Oeste	R\$ 410.553,33	R\$ 41.055,33	R\$ 0,00	R\$ 369.498,00	R\$ 367.498,00	R\$ 0,00	R\$ 2.000,00
São Miguel do Oeste	R\$ 2.201.377,78	R\$ 220.137,78	R\$ 0,00	R\$ 1.981.240,00	R\$ 1.590.232,93	R\$ 365.007,07	R\$ 26.000,00
Tubarão	R\$ 820.895,56	R\$ 82.089,56	R\$ 0,00	R\$ 738.806,00	R\$ 717.806,00	R\$ 0,00	R\$ 21.000,00
Urupema	R\$ 1.686.972,22	R\$ 168.697,22	R\$ 0,00	R\$ 1.518.275,00	R\$ 1.202.897,00	R\$ 279.378,00	R\$ 36.000,00
Xanxerê	R\$ 2.233.704,44	R\$ 223.370,44	R\$ 0,00	R\$ 2.010.334,00	R\$ 1.334.100,00	R\$ 634.234,00	R\$ 42.000,00

5 RELAÇÃO ENTRE PROJETOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O quadro 3 demonstra a relação entre os Objetivos Estratégicos, definidos no Mapa Estratégico do IFSC, e o quantitativo de Projetos vinculados, no âmbito do PAT dos câmpus. Os objetivos P2 e C5 não aparecem no quadro, pois como todas as Iniciativas Estratégicas associadas a eles são Específicas, apenas a Reitoria elabora projeto para atendê-los diretamente. Os objetivos estratégicos de A1 a A5 não possuem Iniciativas Estratégicas associadas, conforme explicado no Capítulo 3 do PDI.

Quadro 3 – Projetos cadastrados pelos câmpus, por objetivo estratégico

Objetivos Estratégicos	Projetos por câmpus																					Total	
	ARU	CDR	CAN	CCO	CRI	FLN	CTE	GPB	GAS	ITJ	JAR	JGW	JLE	LGS	PHB	SCA	SJE	SLO	SMO	TUB	URP		XXE
P1 Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.	1	4	3	12	2	1		5	3	1	9	3	4		5	3	1		3	11		7	78
P3 Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.	5	10	4	6	2	3	1	4	2		10	6	1			2	2		9	2	5	11	85
P4 Fortalecer a internacionalização do IFSC.	1		1				2	1			1	1	1										8
P5 Acompanhar egressos.		1	2	1															1	2			7
P6 Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.		2	2	5		1		1	2	1		1	2	1	1			1	2	1	1	2	26
P7 Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.	1	10	6	1	1		2	2	1		1	2			2	2			2	2	2	4	41
P8 Atender às pessoas com necessidades específicas.			2	2			2	1			1	1					1		1	1			12
P9 Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.																	1						1
P10 Gerenciar recursos financeiros com efetividade.	2	1	2		1	1			1		2						1		3		1	3	18
P11 Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.	20	20	4	26	56	11	27	32	18	15	17	42	15	25	3	20	47	3	22	9	9	38	479
C1 Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.	1	2	1					1	2		4			2	1		3		1	1			19
C2 Disponibilizar dados, informações e conhecimento.				2					1			2					1		1		1		8
C3 Promover a qualidade de vida no trabalho.	1	2	2	1	1	1		1	1				3				1			2	1	1	18
C4 Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.	1	1	1	4	2	1	1	1	2		1		1		4		3			1		1	25
Total de projetos por câmpus	33	53	30	60	65	19	35	49	33	17	46	58	27	28	14	27	63	4	45	32	20	67	825

O quadro 4 demonstra a relação entre os Objetivos Estratégicos do IFSC e o quantitativo de projetos vinculados à Reitoria. Para efeitos do PAT, além das pró-Reitorias e Gabinete da Reitoria (GAB), são consideradas como UGRs a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), o IFSC REDE e o PNAES. O nome desta última deriva da sigla do Plano Nacional de Assistência Estudantil, sendo a UGR na qual é feita a programação de todo o recurso alocado na ação orçamentária 2994, separados dos projetos da Proen (referentes a ação 20RL). As diretorias de Administração (DirAdm/Proad) e de Assuntos Estudantis (DAE/Proen) são as responsáveis pela coordenação das UGRs IFSC REDE e PNAES, respectivamente.

Quadro 4 – Projetos cadastrados pela Reitoria, por objetivo estratégico.

Objetivos Estratégicos	REITORIA										Total OE
	PROAD	PRODIN	PROEN	PROEX	PROPI	GAB	DGP	CERFEAD	PNAES	IFREDE	
P1 Estruturar a oferta de cursos com base na estratégia.	1	1	3	6	3	1		3		9	27
P2 Aprimorar o processo de ingresso.			1							1	2
P3 Aprimorar os processos que conduzem à permanência e ao êxito.			4	4					10		18
P4 Fortalecer a internacionalização do IFSC.					6						6
P5 Acompanhar egressos.				1							1
P6 Qualificar a comunicação com os públicos estratégicos.				3							3
P7 Ampliar e qualificar a intervenção na sociedade civil organizada.	1		1	6	4					3	15
P8 Atender às pessoas com necessidades específicas.									1		1
P9 Consolidar a governança institucional e a gestão em rede.		3		2							5
P10 Gerenciar recursos financeiros com efetividade.		2	1					1			4
P11 Garantir infraestrutura física e tecnológica adequada às ofertas.	2	3	2	2						12	21
C1 Favorecer o compartilhamento do conhecimento e a cooperação entre servidores e áreas.		1	2							1	4
C2 Disponibilizar dados, informações e conhecimento.		4	7	1							12
C3 Promover a qualidade de vida no trabalho.							2				2
C4 Promover o desenvolvimento dos servidores e captar as competências necessárias para a execução da estratégia.			2	1	1		11				15
C5 Desenvolver cultura organizacional orientada à estratégia.		1				1	1				3
TOTAL REITORIA	4	15	23	26	14	2	14	4	11	26	139

6 IFSC REDE

O quadro 5 apresenta a programação orçamentária da UGR IFSC REDE para o exercício de 2016, conforme aprovado pelo Colégio de Dirigentes em 17 de maio de 2016.

Quadro 5 – Programação orçamentária do IFSC REDE para 2016.

Item	Detalhamento	Ação orçamentária e grupo de despesa	Valor
Agência de Publicidade		20RL custeio	R\$ 130.000,00
Colegiados	Diária	20RL custeio	R\$ 37.356,48
	Bolsa / Aluno	20RL custeio	R\$ 1.200,00
	Passagem	20RL custeio	R\$ 21.858,36
	Lanches	20RL custeio	R\$ 2.625,00
Ingresso	Elaboração	20RL custeio	R\$ 15.000,00
	Aplicação	20RL custeio	R\$ 300.000,00
	Impressão	20RL custeio	R\$ 220.000,00
	Correção	20RL custeio	R\$ 51.600,00
Concurso		20RL custeio	R\$ 146.699,13
Fundo de TI	Capacitação	4572 custeio	R\$ 19.000,00
	SIG	20RL custeio	R\$ 1.041.200,00
	PDTI	20RL custeio	R\$ 190.000,00
	PDTI	20RL investimento	R\$ 520.000,00
Portal Web – implantação		20RL custeio	R\$ 507.682,00
Patentes		20RL custeio	R\$ 2.375,00
Publicidade Legal		20RL custeio	R\$ 540.000,00
SEPEI		20RL custeio	R\$ 150.000,00
JIFNACIONAL	Bolsa / Aluno	20RL custeio	R\$ 50.000,00
JIFSC	Bolsa / Aluno	20RL custeio	R\$ 108.300,00
JIFSUL	Bolsa / Aluno	20RL custeio	R\$ 84.000,00
ABNT		20RL custeio	R\$ 13.879,94
FEPESE/RNP – Internet		20RL custeio	R\$ 72.900,00
Juros e Multas		20RL custeio	R\$ 30.250,00
Clipping		20RL custeio	R\$ 23.700,00
Malote		20RL custeio	R\$ 11.875,00
ISA-AC – suporte ao banco de dados		20RL custeio	R\$ 34.920,00
Sophia – Sistema de bibliotecas		20RL custeio	R\$ 27.370,00
Banco de Preço		20RL custeio	R\$ 26.237,18
Seguro de estagiários		20RL custeio	R\$ 2.200,00
Volare – Sistema de orçamento de obras		20RL custeio	R\$ 6.279,37
Comissão Ética	Diária	20RL custeio	R\$ 4.750,00
	Passagens	20RL custeio	R\$ 4.750,00
Auditoria	Diárias	20RL custeio	R\$ 15.324,97
	Passagens	20RL custeio	R\$ 570,00
	Diárias	4572 custeio	R\$ 14.835,20
	Passagens	4572 custeio	R\$ 7.600,00
	Inscrições	4572 custeio	R\$ 9.500,00
Bancas RSC e Titulares		20RL custeio	R\$ 7.275,66
Custeio dos serviços regionalizados	Diárias	20RL custeio	R\$ 17.323,31
	Passagens	20RL custeio	R\$ 4.983,70
	Combustível	20RL custeio	R\$ 4.983,70
Total Custeio		20RL custeio	R\$ 3.110.050,70
Total Capacitação		4572 custeio	R\$ 50.935,20
Total Investimento		20RL investimento	R\$ 520.000,00
Total Geral			R\$ 4.480.404,00

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IFSC, a cada ciclo, vem aperfeiçoando a sua sistemática de planejamento. Tem corroborado para esse processo de melhoria contínua, o envolvimento, cada vez mais significativo, dos servidores e alunos nas diferentes etapas.

A compreensão de que o ciclo de desenvolvimento institucional requer o alinhamento entre os principais referenciais estratégicos que norteiam a gestão: PDI, Plano Anual de Trabalho, Programação Orçamentária, Execução Orçamentária, Avaliação Institucional e Relatório de Gestão/Prestação de Contas.

Vislumbra-se que com o alcance da maturidade no processo de planejamento, desafio esse paralelo ao alcance da maturidade do desenho de modelo de gestão pretendido e pertinente a nova realidade institucional, seja cada vez mais possível a inserção contínua de novas estratégias e metodologias de gestão.

Com a vivência da maturidade do processo, amplia-se o espaço para a reflexão, ação e intervenção, de forma coletiva e participativa.

Espera-se assim que, com o aperfeiçoamento contínuo do processo, a Instituição possa cada vez mais utilizar com qualidade os ativos tangíveis e intangíveis, com destaque aos recursos públicos, em prol do desenvolvimento de projetos e ações que possibilitem o cumprimento das suas finalidades e que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico e cultural dos respectivos territórios de atuação.